

APONTAMENTOS ACERCA DA SECA, DA “QUESTÃO SOCIAL” E DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA CEARENSE¹

Raphael Martins de Martins

Introdução

A segunda metade do século de XIX e o início do século XX podem ser entendidos como um período de transição, de passagem entre a economia colonial escravista voltada para abastecer o mercado capitalista europeu e a introdução das relações sociais capitalistas no momento mesmo da produção². Anteriormente tais relações se encontravam, em território nacional, restritas aos momentos da circulação e da distribuição³.

A análise de alguns documentários que tratam dos chamados campos de concentração⁴ nos períodos de estiagem e de determinada bibliografia⁵ nos oferecem elementos para compreender tal processo histórico no Ceará. As grandes secas, sem dúvida, desempenharam um papel incontornável no processo de modernização capitalista do Ceará. E, juntamente com esta, na formação da classe trabalhadora e da “questão social”.

As grandes secas se constituem em fenômenos naturais de tamanha grandiosidade que modificam radicalmente as paisagens rural e urbana do Estado. A miséria e a fome levam às migrações. Destas resultam a movimentação das grandes massas do campo para as cidades, especial-

¹DOI- 10.29388/978-65-81417-77-2-0-f.179-198

² Internamente ao processo de produção da vida material, o momento propriamente da produção (ou seja, o modo como os homens se relacionam no processo produtivo) determina os outros momentos (consumo, circulação, distribuição). Em verdade, os diferentes momentos determinam-se mutuamente, contudo, o momento da produção se apresenta como o determinante do processo de produção da vida material (MARX, 2012).

³ Daí toda a dificuldade em caracterizar o período colonial e mesmo este momento de transição ao capitalismo.

⁴ Medida de controle estatal sobre os corpos dos retirantes da seca que foi apagada da memória coletiva de nossa República, os campos de concentração ou “currais do governo” marcaram as iniciativas estatais na primeira metade do século XX.

⁵ Indicados nas referências.

mente à capital.

A “questão social”, latente⁶ (SILVA, 2013) ou já estabelecida (a depender do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção), se agudiza, alcança uma dimensão que as instituições constituídas não podem ignorar. Assim, a organização societária revela-se, em toda sua crueza: a sua não vocação para a solução dos mais candentes problemas humanos. Trata-se, portanto, de um modo de organizar a produção material cujo objetivo passa distante da resolução dos problemas sociais que atingem grande contingente humano. Tanto o sistema colonial, como a transição e o modo propriamente capitalista, buscam um único objetivo: a acumulação de capital. Esta é central para que se possa compreender a “questão social”, eixo fundante do serviço social. Entendendo a reprodução social como sendo o âmbito privilegiado de intervenção da profissão (ABESS/CEDEPSS, 2010).

I. “Questão Social” na Europa Capitalista

A expressão “questão social” é utilizada para designar o fenômeno da pauperização (absoluta ou relativa) massiva da classe trabalhadora justamente no momento em que há um salto gigantesco da capacidade produtiva devido ao desenvolvimento da indústria. A expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX, na Europa, para caracterizar o fenômeno do pauperismo (neste caso, absoluto) no momento mesmo em que houve um desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, ou seja, “[...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.” (NETTO, 2001, p. 42). Daí sua novidade em relação às desigualdades existentes em “[...] formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa [...]” (NETTO, 2001, p. 43). No decurso do século XIX, a pobreza se expressa como “questão social”. Foi da revolta dos trabalhadores com suas condições de reprodução social, em contraste com a riqueza inédita que produziam no interior das

⁶ Talvez seja mais preciso falar em “raízes latentes” da “questão social”, como indica a própria autora ao apontar seu *insight*, tendo como base a leitura de Caio Prado Júnior (SILVA, 2013). A professora Cristina Nobre aponta as determinações fundamentais deste momento histórico, a saber, “[...] economia colonial escravista produtora de bens primários em sistema de *plantation* articulava-se à economia capitalista mundial em sua fase mercantilista [...]” (NOBRE, 2010, p. 02).

fábricas (e não só), que se impôs à pauta pública a chamada “[...] questão social [...]” (MOTA, 2010, p. 25). Sem tal politização, sem que se tomasse consciência de que a miséria se reproduzia em relação direta com a riqueza, a pobreza, ou melhor, a pauperização não teria sido expressa como “questão social”.

Deve-se ter nítido que o processo de tomada de consciência, de organização e de ação pública foi fundamental para que emergisse a “questão social”. Sem luta, consciência e organização, o pauperismo jamais se teria tornado uma questão. Neste passo, também foi fundamental a tomada de consciência de que outro modo de organizar a produção social da riqueza era não somente desejável como possível e necessário para que a reprodução contínua da pauperização pudesse ser superada (NETTO, 2001).

Com a organização da classe trabalhadora, sua constituição em sujeito político, em uma das duas classes fundamentais, a partir de 1848, não mais foi possível reduzir a ação estatal, já na fase monopolista, à “[...] borduna policialesca [...]” (NETTO, 2011, p. 60). O proletariado ao ascender à luta política de massas, ao disputar a direção da sociedade (classe para si) impele à burguesia, por meio de seu Estado, a assegurar tanto as condições de reprodução da força de trabalho (ocupada e excedente) como sua consciência, organizando um consenso imprescindível à reprodução das relações sociais de produção. Daí o surgimento das políticas sociais e de uma profissão que tem, originalmente, como função, em meio à divisão social e técnica do trabalho na sociedade burguesa, a execução de tais políticas (NETTO, 2011). Quando não houve tal força política por parte da classe trabalhadora, “[...] a burguesia monopolista jogou em sistemas políticos desprovidos de qualquer flexibilidade e inclusividade.” (NETTO, 2011, p. 28). Suas alternativas sócio-políticas foram “[...] do Welfare State ao fascismo [...]” (NETTO, 2011, p. 28). Desse modo, a “questão social” é posta por meio de lutas travadas pelas frações pauperizadas (MOTA, 2010). Tais lutas têm nas determinantes da “questão social” suas causas primeiras, são expressões da “questão social” (NETTO, 2011). Contudo, estas expressões precisam ser assumidas, “personificadas” por uma das “[...] classes fundamentais em luta [...]” (IASI, 2018, p. 143), ou seja, que se ofereçam tanto interpretações como

“[...] respostas [...]” (NETTO, 2011, p. 60). No interior do Estado burguês, tais expressões “[...] são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas.” (NETTO, 2011, p. 32, grifo do autor).

Desse modo, ao se buscar apreender o conjunto expresso pela chamada “questão social”, não se pode olvidar também os projetos, a correlação de forças e os momentos históricos. A expressão “questão social”, portanto, designa a pauperização das massas não proprietárias dos meios de produção em contraposição à crescente capacidade produtiva. Trata-se de uma situação objetiva. No entanto, sua interpretação e enfrentamento são mediatizados por concepções teóricas, profissionais e políticas que podem velar ou não suas determinações.

Vale destacar que “questão social” não é uma categoria, posto não exprimir “[...] formas de modo de ser, determinações de existência [...]” (MARX, 2012, p. 261). Ela é desprovida de existência real, concreta. O que existe realmente são suas expressões. Daí poder referir-se à “questão social” como conceito, “[...] cuja natureza é reflexiva, intelectual [...]” (PONTES, 1995, *apud* SANTOS, 2012, p. 18).

A “Questão social” é determinada pela lei geral da acumulação capitalista.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (MARX, 2002, p. 748, grifo do autor).

Evidencia-se, assim, como nota Marx (2002, p. 763), que não é possível apreender a conexão entre os tormentos vividos pelas massas trabalhadoras e a pujança da vida dos ricos sem relacioná-la a acumulação

de capital, sem conhecer as leis tendenciais que regem a organização econômica da sociedade, o modo de produção capitalista. Sem conhecer suas “[...] *legalidades objetivas* [...]”, ou seja, o conjunto de tendências constitutivas do movimento da vida social não é possível desvelar as determinações da “questão social”, alcançar a “[...] *dinâmica da totalidade social* [...]” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 161, grifos dos autores).

Vale ressaltar: se a lei geral é uma determinante universal onde vigoram as relações sociais de produção capitalistas, seu estudo, apesar de necessário, é insuficiente para dar conta das diversas expressões da “questão social”. A análise do concreto exige que não se perca de vista as diversas particularidades, assim como o devir do processo histórico, o qual pode apresentar a combinação de tradicionais e novas expressões da “questão social”, como também novas e antigas formas de enfrentá-las. Sendo assim, em absoluto se trata de restringir-se ao universal:

Isto significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tensionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da ‘questão social’, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais. (NETTO, 2001, p. 48-49).

Desse modo, compreender as particularidades nacionais e do semiárido nordestino se faz necessário. O período de estiagem exerce nesta região um papel determinante.

II. Secas, Campos de Concentração e Expropriação da Força de Trabalho

Na seca de 1932, no Ceará (RIOS, 2014), as massas retirantes iniciaram, como fizeram nas grandes estiagens precedentes, seus deslocamentos no sentido da capital do Estado. Receoso deste movimento, o Governo proibiu a distribuição de passagens, nas estações, ao longo das duas linhas férreas que cortavam o Estado em direção à sua capital. A revolta popular logo se fez presente, com saques de vagões e invasões de trens no intuito de chegar à Fortaleza (RIOS, 2014).

O Estado, como resposta, construiu sete Campos de Concentra-

ção⁷ (todos ao lado ou muito próximos de estações). A burguesia comercial e industrial da capital, empenhada na modernização da cidade, não queria as massas pauperizadas e famintas vagando pelas ruas, ocupando as sombras das árvores no afã de proteger-se do calor extasiante ou a pedir esmolas nas portas dos comércios e das casas abastadas (RIOS, 2014). Contudo, não foram poucos aqueles que conseguiram nela chegar. Na capital, dois campos de concentração foram construídos, cuja finalidade não era outra que abrigar as multidões advindas por meio das duas linhas férreas. Os retirantes⁸, individualmente, buscavam também as redações dos jornais, almejavam publicizar suas condições miseráveis de vida na esperança de serem atendidas suas necessidades (RIOS, 2014).

O conteúdo político das ações de resistência dos retirantes foi esvaziado (RIOS, 2014). O instinto de sobrevivência, a necessidade natural de manter a vida foi apontado como único fator desencadeador. Desse modo, esvaziadas as ações coletivas, as medidas resolutivas foram apontadas na direção das frentes de trabalho, da caridade, das medidas assistenciais e da emigração forçada, mediadas pelo empreendimento “disciplinador”, o campo de concentração, aquele que permitia um maior controle

⁷ Os campos se localizavam em: Ipu, Quixeramobim, Patu em Senador Pompeu, Cariús em São Mateus, Burity no Crato, Urubu e Otávio Bonfim em Fortaleza (nesta cidade, eram dois) (RIOS, 2014).

⁸ Diversos autores utilizam a palavra flagelado para designar seres humanos nesta situação, contudo, por acreditarmos que as palavras não são neutras e que a utilização desta advém de um ponto de vista interpretativo conservador, preferimos utilizar a palavra retirante. Frederico de Castro Neves aponta que a palavra flagelado começou a ser empregada a partir da seca de 1915. Buscava-se assim caracterizar esta situação como algo ocasional, resultante de eventuais alterações naturais, jamais como a imposição da propriedade privada como uma relação social que dificultava sobremaneira a sobrevivência dos seres sociais: “Ao mesmo tempo, uma concepção de que a seca é acontecimento extemporâneo à organização social e política ficou marcada na opinião pública e se reproduz até hoje como fundamento das políticas públicas. Apesar de fazer parte da configuração climática e definitivamente incorporada às estruturas sociais estabelecidas no semiárido, a irregularidade de chuvas era vista como um ‘flagelo’ que periodicamente açoita a sociedade cearense. Daí, porque, a partir de 1915, os retirantes transformam-se em ‘flagelados’.” (NEVES, 2015, p. 89). Não se busca negar a dimensão natural do fenômeno, nem interditar o uso de termos como flagelo ou flagelado, mas evita-se designar os retirantes como flagelados para não se encobrir a determinação social do fenômeno, destacando-se apenas, como o faz o pensamento conservador, sua dimensão natural. Trata-se de uma escolha discursiva que consideramos relevante.

sobre os corpos, o tempo, a mobilidade do retirante⁹ (RIOS, 2014).

Os campos de concentração possibilitam melhor controlar os retirantes, evitar suas desesperadas iniciativas (RIOS, 2014). Nas palavras do próprio Interventor do Estado de então, o Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, em Relatório dirigido ao Presidente da República:

Para atender com eficiencia os serviços de socorro aos flagelados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e a tranquilidade publicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providências. Tratou o governo de concentrar os flagellados em pontos diversos, afim de socorre-los com eficiencia e no tempo oportuno. (MENDONÇA apud RIOS, 2014, p. 82).

Logo, contudo, a burguesia percebeu que podia mobilizar toda esta força de trabalho quase gratuita para realizar melhorias urbanas¹⁰, desde a reforma de ruas à construção de prédios públicos majestosos (como o dos Correios e Telégrafos). A justificativa seria amenizar o sofri-

⁹A utilização do campo de concentração como instrumento disciplinador e de controle da massa retirante, cujo objetivo era evitar uma “invasão da cidade”, foi utilizado, em sua “[...] primeira versão [...]” (RIOS, 2014, p. 81), na seca de 1915. O campo de concentração do Alagadiço (próximo a estação de trem do Otávio Bonfim) reunia, em média, 8000 pessoas. Anteriormente ao ano de 1915, devem-se ser destacados dois fenômenos importantes de rebelião popular. Em 1912, a massa popular urbana de Fortaleza depôs Nogueira Accioly da presidência do estado após 20 anos de exercício no exercício do poder. Nesta revolta, “[...] as massas urbanas, revoltadas, dirigem sua ira contra todos os símbolos do poder despótico do oligarca, inclusive os equipamentos modernos construídos no período de ‘aformoseamento’ de Fortaleza: bondes, postes de iluminação, calçamento das ruas, relógios públicos e até mesmo fábricas e lojas.” (NEVES, 2015, p. 86). Isso revela que as massas não se identificavam com tais obras, não as compreendiam como sendo construídas por elas para o seu usufruto comum. O segundo fato foi a chamada “Sedição de Juazeiro” na qual as massas sertanejas, sob a tutela de Padre Cícero, marcharam para a capital do Estado. Após um acordo, não invadiram à cidade, mas saquearam duas cidades vizinhas: Maranguape e Pacajus. A população de Fortaleza, ou talvez seja mais preciso afirmar sua classe dominante, ficou aterrorizada. Daí ter sido utilizado, na seca de 1915, o campo de concentração como medida cujo objetivo era evitar uma “[...] nova invasão [...]” da cidade (NEVES, 2015, p. 86). Contudo, na seca de 1915 foi organizado apenas um campo em Fortaleza; na seca de 1932, foram sete campos. Destes, cinco no interior do Estado, objetivando-se, assim, evitar que a massa se deslocasse à capital.

¹⁰Desde a seca de 1877-79, imortalizada no impactante livro *A fome*, de Rodolfo Teófilo (2011), que se utiliza, nas obras públicas, massivamente a força de trabalho, a preço ínfimo, dos retirantes desesperados (RIOS, 2014).

mento do povo por meio das frentes de trabalho¹¹. Anteriormente já se vinha ampliando as redes férreas¹² (com o objetivo de facilitar o transporte das mercadorias), o número de barragens e estradas. Assim, almejava consolidar o capitalismo na capital do Estado (RIOS, 2014). Também não se furtou, a burguesia, em empregar esta força de trabalho extremamente pauperizada no próprio processo de produção fabril (RIOS, 2014).

Eis uma “oportunidade” de superlucro, de aumento do trabalho excedente (em relação ao necessário) e, também, de aceleração das obras públicas que não se vislumbra em períodos sem estiagem, tanto em relação ao uso, a custos extremamente baixos da força de trabalho, como em obter vultosos recursos junto ao governo federal (RIOS, 2014).

A pauta das massas pauperizadas, uma vez mais, foi capturada pelas classes dominantes. Estas ofereceram às repostas que lhes convinham, dentro das condições de extrema pressão imposta pelas massas desesperadas.

Este processo de máxima exploração e expropriação das massas retirantes rurais resultou na *expansão da periferia urbana da capital*. O fluxo migratório desencadeado pela chamada seca de 1932 se constitui em seu marco. Como os trens passaram a despejar a massa retirante nas últimas estações, já próximas da praia, esta começou a construir seus casebres nestas áreas. Daí o desinteresse, por parte do capital investido no setor imobiliário, naquele período, pelas faixas de praia¹³. A cidade se forma de costas para o mar (RIOS, 2014). Igualmente, a massa retirante ocupou as glebas que se encontravam no entorno das linhas férreas. Abandonou, assim, sua condição de flagelo, passou a de favelada (RIOS, 2014). Durante a seca, a periferia de Fortaleza teve multiplicada por quatro sua

¹¹ Daí a polêmica, nas secas de 1915 e de 1932 – diferentemente de 1877 –, se era oportuna ou não a emigração da força de trabalho, perdiam-se braços e possíveis recursos do governo federal (RIOS, 2014).

¹² No movimento contraditório do real, contudo, as mesmas estradas de ferro facilitaram a chegada dos retirantes à capital.

¹³ O professor Borzachiello destaca também (afirmação acima tem como base a obra deste professor) as características naturais destas áreas: “O crescimento da cidade para a Zona Oeste, [...], não privilegiou a orla marítima; ao contrário, ocorreu na faixa mais interna que recebe popularmente na cidade o nome de ‘sertão’. Provavelmente a ocupação deve ter sido orientada para essa faixa mais interna devido às dificuldades de fixação nas áreas de dunas que margeiam toda a costa.” (SILVA, 1992, p. 48).

população¹⁴ (RIOS, 2014).

Um ponto que merece destaque é que os retirantes, ao chegarem à Fortaleza, se dirigiram aos bairros centrais da capital, e não à sua periferia. Eram naqueles bairros que sua população “[...] se mobilizava em torno dos problemas e das vantagens com a seca [...]” (RIOS, 2014, p. 79). Sendo assim, pode-se perceber que esta expressão particular da “questão social” se coloca pela resistência dos retirantes diante da morte. Emigram, forçam o socorro público. Contudo, parecem não encontrar nas outras frações pauperizadas do povo força para oferecer outra resolução do problema imediato. As camadas dirigentes é que o fazem.

Vale destacar que as secas do século XIX e XX trouxeram mudanças fundamentais quanto à assistência ao sertanejo nestes momentos de extrema adversidade. Até então, cabia ao fazendeiro (ao “padim”) assegurar a subsistência da massa sertaneja que se encontrava no interior e nos arredores de suas terras. Muitas vezes estas massas eram alocadas nos currais das fazendas. Contudo, com o volume de necessitados alcançado nas secas a partir de 1877, não mais foi possível aos coronéis atenderem tão grandiosa demanda, a proteção antes encontrada na “[...] caridade do coronel [...]” tornou-se absolutamente insuficiente, “[...] deixando sem alternativas de sobrevivência uma população de centenas de milhares de pessoas [...]” (NEVES, 2015, p. 80). Coube então ao Estado fazê-lo. Os antigos laços de apadrinhamento começam a ser quebrados. Tal fato se deu porque a produção tradicional foi interrompida¹⁵ (NEVES, 2015, p. 78).

De certa forma, era um dever do proprietário proteger os ‘seus’ moradores durante um infortúnio.

A falta de chuvas no período regular, no entanto, destruía imediatamente essas pequenas colheitas e ameaçava o gado, desfazendo o círculo da produção tradicional. O proprietário da fazenda destacava alguns homens e deslocava seus bois para outras áreas onde o pasto podia ter-se preservado.

¹⁴ Na primeira grande seca após o “fechamento” das terras úmidas, a seca de 1877-79, a capital recebeu cerca de 100 mil pessoas, sua população nativa não ultrapassava 27 mil pessoas (NEVES, 2015).

¹⁵ Produção está baseada na criação do gado do proprietário e na pequena colheita de subsistência nas terras daquele (NEVES, 2015).

Os homens que ficavam tinham duas alternativas: ou migravam para as áreas úmidas e resistentes à irregularidade de chuvas, sendo permitida a sua presença provisória por um beneplácito do proprietário, ou eram acolhidos pelo dono das próprias terras em que trabalhavam, muitas vezes habitando os currais abandonados e esperando sobreviver às custas da caridade do ‘coronel’ de sua esposa. (NEVES, 2015, p. 78-79).

Modifica-se assim a forma e o conteúdo da assistência aos sertanejos acossados pelas secas. Daí emergir tal situação enquanto “questão social” e se estabelecerem uma série de políticas que visavam enfrentá-la.

Não se pode deixar de destacar que a ideologia liberal orientou a formulação das políticas neste período. Exigiu-se do retirante a contrapartida do trabalho, não só objetivando a superexploração da sua força de trabalho, mas também sob a justificativa meramente ideológica de que não se devia promover a ociosidade. Como denunciado no romance de Rodolfo Teófilo, carregar pedras por longas distâncias foi uma contrapartida não poucas vezes requisitada:

Ao mesmo tempo, o corpo definha, mal alimentado, à falta de ordem na distribuição dos víveres do governo. Os socorros são mal distribuídos. Trocam a ração pelo trabalho, mas por um trabalho penoso, superior às forças dos famintos. Um pobre homem cansado de uma longa viagem, enfraquecido de fome, pode caminhar todos os dias doze quilômetros com uma pedra às costas, para receber uma ração de um litro de farinha e quinhentos gramas de carne do Sul?! Se é só, poderá escapar à fome, mas se têm, como na maioria deles, oito e mais pessoas de família, qual o seu fim? A morte [...]. (TEÓFILO, 2011, p. 161).

A fim de que se compreenda a “questão social” no Ceará, cujo flagelo é uma expressão, é imprescindível analisar a conjunção de duas determinações (dentre outras): a cerca e a seca. Esta combinação “[...] torna difícil a sua permanência [da massa sertaneja] no campo nos períodos de estiagem, acarretando migrações e inúmeros conflitos sociais tanto no campo como nos centros urbanos.” (NOBRE, 2010, p. 01).

Para que as adversidades decorrentes do período de estiagem atinxissem tal grau de dramaticidade e se constituísse, ainda no século XIX, em “questão social” latente, no Ceará, ocorreu um momento prévio de

expropriação¹⁶, a saber, o fechamento “[...] das áreas devolutas que historicamente abrigavam os sertanejos [...]” (NOBRE, 2010, p. 02) em tais períodos¹⁷. Tal fechamento ocorreu com o objetivo de que nessas terras fossem realizados plantios “[...] de algodão em grande escala [...]” (NOBRE, 2010, p. 02), evidentemente para abastecer o mercado externo. A agricultura comercial ocupou as terras úmidas (NEVES, 2015).

O avanço das relações sociais propriamente capitalistas no Brasil (visto que o país se encontrava num período de transição ao capitalismo) e o avanço da produção de algodão, a partir de meados do século XIX, foram determinantes, por conseguinte, para que ocorresse o fechamento das terras úmidas.

A cotonicultura foi a atividade agrícola que impulsionou o avanço da agricultura de tipo comercial no interior do Ceará. Antes dela, basicamente a economia do interior estava restrita a produção de subsistência e a pecuária extensiva (NEVES, 2015). A produção de algodão transformou este quadro:

Esse avanço de uma agricultura comercial, sedentária, que buscava

¹⁶ Expropriação, entendida por Marx (1996, p. 99 *apud* FONTES, 2018, p. 21) como “[...] processos históricos que resultaram na decomposição da unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho.” Contudo, como esclarece Fontes, a expropriação, em Marx, não se restringe a um momento de acumulação prévia, ela se perpetua, pois assegura uma condição básica para a reprodução do capital. Por meio dela, transformam-se “[...] os meios sociais de subsistência e de produção em capital [...]” (MARX *apud* FONTES, 2018, p. 31). Desse modo, entende-se que a chave analítica da expropriação é fundamental para se compreender este processo histórico, o modo de produção capitalista tem como pressuposto a separação entre trabalhadores e condições de reprodução social: “O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.” (MARX, 2017, p. 786).

¹⁷ Não se deve esquecer que o sentido de terras devolutas em Portugal e no Brasil é diverso. Em Portugal, no período anterior as grandes navegações, terras devolutas significavam aquelas terras que eram devolvidas à Coroa porque aqueles senhores que receberam suas respectivas sesmarias não conseguiram atingir o nível de produtividade previsto. No Brasil, a partir da espoliação das terras dos povos originários, todas as terras passaram a ser do Estado. Ou seja, todas as terras que não foram concedidas (por meio das sesmarias) ou simplesmente apossadas (modo reconhecido, a partir de determinado momento, como legítimo) ou compradas (a partir da publicação da Lei de Terras em 1850) eram terras devolutas, ou seja, terras do Estado nas quais não tinham sido desenvolvidas atividades produtivas. Para maiores informações, conferir Silva (1996).

um excedente mercantil, tornou subitamente impossível a ‘retirada’ dos moradores para terras mais úmidas durante os períodos de irregularidade de chuvas, pois elas não estavam mais ‘disponíveis’ para isso, ocupadas agora com a cultura do algodão e valorizadas monetariamente. (NEVES, 2015, p. 79).

Destaquemos, então, o avanço das relações sociais de produção capitalistas (LEFEBVRE, 1977). Em meados do século XIX, o Brasil encontra-se em transição ao capitalismo propriamente. A produção deixaria de ser baseada no trabalho escravo e passaria, no final do século, a ter no trabalho livre sua fonte de excedente. No campo, uma mudança na legislação foi fundamental, a aprovação da Lei de Terras (1850) (NEVES, 2015). A partir daquele momento, para se adquirir terras no Brasil seria necessário pagar por elas. Não mais seria possível acessar à terra por meio de concessões (sesmarias) ou pela simples posse. A terra passou a ser uma mercadoria, foi transformada em propriedade privada¹⁸. A legislação, deve-se evitar a confusão, não é sujeito da transformação, ela possibilita institucionalizar uma relação social real.

Por conseguinte, a transformação da terra em propriedade privada e o avanço da cotonicultura resultaram no fechamento das terras úmidas. Terras estas para onde migravam sertanejos em períodos de estiagem. Eis o processo histórico que leva a formação da “questão social” no Ceará.

Vale destacar que as comunidades indígenas também foram prejudicadas neste processo. Estabelecidas em aldeamentos, estas tribos foram novamente expropriadas em meados do século XIX¹⁹ (NEVES, 2015). Ressalte-se também que anteriormente a chegada do colonizador europeu, as tribos apresentavam significativa mobilidade em relação ao espaço justamente em face das dificuldades resultantes da irregularidade de

¹⁸ Não se está afirmando que antes as terras úmidas eram “coletivas”, mas que nelas eram permitidas a prática da agricultura de subsistência, assim como ocorria nas terras do sertão (NEVES, 2015).

¹⁹ Conforme a Lei de Terras (1850), em seu art. 12, “O governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas”. Assim seriam destinadas terras para “[...] aculturação dos povos indígenas [...]” (ou seja, não seriam disponibilizadas para a venda pelo Estado). Com o intuito de colocar as terras anteriormente cedidas aos indígenas (em aldeamentos) à disposição dos latifundiários, o presidente da Província do Ceará declarou, no ano de 1863, que não havia mais índios no território cearense (FARIAS, 2007). Por conseguinte, as terras antes reconhecidas como de uso indígena (ainda que na forma de aldeamento) passaram a ser consideradas devolutas (sujeitas à compra).

chuvas:

Há registros de escassez de chuvas desde os mais remotos documentos sobre o território onde hoje se localiza o Ceará. As tribos que habitavam essas terras, periodicamente transferiam suas aldeias para áreas mais úmidas ou próximas à orla marítima, muitas vezes, provocando conflitos com outras tribos. (NEVES, 2015, p. 77)²⁰.

Vale enfatizar que, neste período, não houve significativa irregularidade de chuvas: “[...] entre 1845 e 1877, anos em que as mudanças se intensificavam velozmente, os invernos regulares se sucediam, amenizando ou ocultando os efeitos perniciosos que essas transformações iriam ter sobre as populações do sertão.” (NEVES, 2015, p. 79). O conjunto da população sertaneja não sentiu os efeitos do “fechamento” das terras úmidas. Eis porque a seca de 1877-79 tornou-se um marco da “questão social” no Ceará. A partir dela, “[...] a seca passa a fazer parte permanente da história do Ceará, determinando novas relações políticas e sociais e mobilizando a cultura e as manifestações da arte.” (NEVES, 2015, p. 84). A estiagem não mais pode ser interpretada como sendo unicamente uma eventualidade climática, ela impulsiona a “questão social” no Ceará. Repartido em propriedade parcelares (LEFEBVRE, 1977), o território cearense não mais é capaz de assegurar as mínimas condições de sobrevivência de sua população:

Por isso, o ano de 1877 se tornou um marco na compreensão do problema da seca e o impacto causado pelas cenas que então se desenrolam fixou-se profundamente na cultura. Neste momento, a irregularidade de chuvas deixa de ser ‘apenas’ uma questão climática para se tornar uma questão social, que a todos afeta e que o Estado brasileiro não poderá mais ignorar.

De fato, inaugura-se neste instante a seca tal qual a entendemos hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão de obra, migrações, invasões às cidades, corrupção, saques... (NEVES, 2015, p. 79).

Neste período, também surgem os primeiros grupos cangaceiros.

²⁰ Foi em razão dessa adversidade climática que a pecuária se estabeleceu como principal atividade econômica: “Os primeiros colonizadores, pouco adaptados ao clima, viam-se em dificuldades quando ousavam atravessar o sertão em épocas de poucas chuvas. Mesmo assim, a ocupação do território se efetivou, especialmente com base na pecuária, que permitia uma certa mobilidade da ‘produção’ durante as secas.” (NEVES, 2015, p. 77).

A “questão social” no semiárido nordestino se expressa de diversos modos, um deles é por meio de grupos armados que aterrorizam os sertões, gerando medo e admiração:

O interior da província ficou entregue aos bandos de criminosos, que agiam impunemente, disputando entre si as melhores áreas para a pilhagem. Bandos como os Calangros, os Matheus e os Pellados foram formados a partir de crimes cometidos por vinganças pessoais e familiares e podem ser apontados como os primeiros grupos de cangaceiros que passaram a percorrer o sertão, semeando o pânico entre as populações interioranas e, ao mesmo tempo, transformando-se em heróis que subvertem as hierarquias sociais, submetendo até mesmo os poderosos a seus caprichos e necessidades. As vilas do interior, muitas vezes abandonadas pelos moradores pela falta d'água, eram presas fáceis para os bandidos armados. As carroças de mantimentos, enviadas pelo governo para as comunidades famintas, eram assaltadas com frequência. (NEVES, 2015, p. 83).

Outra expressão da “questão social” é a proliferação de doenças. Na grande seca de 1877-79, houve uma pandemia de varíola. A aglomeração dos retirantes combinada com as péssimas condições de higiene facilitou em muito a disseminação da doença. Rodolfo Teófilo (2011), farmacêutico que lutou bravamente contra diversas pandemias na capital do Estado, relatou o drama humano em seu já citado *A fome*:

As condições da população proporcionaram ao mal os meios seguros de um ataque súbito e terrível. A elevação da temperatura a 33° centígrados, a falta de vacina, o nenhum asseio nas habitações, a aglomeração dos emigrantes nos abarracamentos abriram mais o campo ao inimigo. E que repugnância tinham eles à vacina... Entre milhares, um ou outro entregava os braços ao médico para ser preservado do mal; mas quase todos fugiam espavoridos, dizendo a uma voz: - Deus me livre de meter a peste no corpo! (TEÓFILO, 2011, p. 243).

O dia 10 de dezembro de 1878 ficou conhecido como a “noite dos mil mortos” (1004 cadáveres). Nosso bravo sanitarista calculou em 80 mil o número de indivíduos infectados (NEVES, 2015).

Assim, o que em meados do século XIX poderia ser considerado como “questão social latente” passa, no início do século XX, a assumir o papel de determinação e expressão da “questão social”. Esta antiga raiz latente da “questão social” se impõe à pauta pública por meio desta ex-

pressão particular.

É justamente o “fechamento” das terras úmidas²¹ às massas sertanejas e a entrada em período de estiagem, numa conjuntura de produção interna para abastecer o mercado externo, que podemos compreender o devir deste particular determinante da “questão social” no Ceará. Eis a origem do desespero do flagelo²², da formação das favelas e periferias (tanto na capital cearense como, em parte, nas cidades do Norte e do Sudeste), como a formação de todo um proletariado rural e urbano, inclusive daquela fatia que não se fixou fora do interior do nordeste, que, até hoje, se desloca pelas estradas do país em busca de trabalho, cujas famílias continuam residindo no semiárido nordestino²³. Toda esta força de trabalho se colocou em movimento. A produção de algodão, no século XIX, é um marco no desenvolvimento socioeconômico do Ceará²⁴. Seu

²¹ A professora Cristina Nobre destaca, sem obliterar que grandes fazendeiros também possuíam terras nestas regiões (NOBRE, 2010), a importância das terras devolutas nestes períodos. Estas terras devolutas, que eram decisivas para evitar catástrofes sociais nos momentos de estiagem, se encontravam também em territórios úmidos: na Chapada do Araripe, no vale do Cariri e nas regiões serranas de Baturité, Meruoca e Serra Grande, assim como na Chapada do Araripe (NOBRE, 2010). O desenvolvimento da cotonicultura em território cearense, em função da necessidade da indústria europeia e dos conflitos no interior dos EUA, foi decisivo para o avanço das relações sociais capitalistas (propriedade privada) sobre as terras devolutas (de uso comum) (NOBRE, 2010).

²² Descrito em toda sua dramaticidade por Rodolfo Teófilo (2011) e pelos documentários indicados nas referências.

²³ Fato perceptível para aqueles que frequentam as estações e linhas rodoviárias que interligam especialmente o nordeste e sudeste do país. Um proletariado que se põe em movimento, que, muitas vezes, não tem somente uma atividade profissional, mas que certamente não tem um local de trabalho fixo. São trabalhadores da construção civil e pesada, gente que trabalha na manutenção de fornos das indústrias, nas colheitas e plantios, na manutenção da rede elétrica, embarcado nas plataformas de petróleo. Um proletariado que não tem um local fixo de trabalho, mas tem num pedaço de chão no interior do nordeste uma casa para chamar de lar.

²⁴ A cotonicultura não representou apenas a modernização capitalista da agricultura cearense. Ela teve um papel fundamental em toda a economia do Ceará, possibilitou sua inserção destacada na economia Nordestina: “Aliás, a ausência de uma economia canavieira alijou o Ceará do processo histórico que envolveu o Nordeste da Zona da Mata, o ‘Nordeste Canavieiro’. O Ceará, com enorme superfície sertaneja, só vai despontar significativamente no contexto histórico do Nordeste a partir do interesse do mercado externo pelo algodão nordestino, especialmente o cearense de fibra longa.” (SILVA, 1992, p. 22). Por meio da cotonicultura, a produção cearense integra-se definitivamente à economia mundial (produção fabril inglesa), não mais se restringe a produzir, majoritariamente, de modo subsidiário para

crescimento leva ao fechamento das terras relativamente úmidas (utilizadas pela massa sertaneja nas secas) e ao crescimento e fortalecimento da burguesia comercial situada em Fortaleza (não só por seu papel na exportação do produto, mas também porque financiou a própria produção)²⁵. Com a crise da produção, em 1870, em função do retorno das condições normais de produção nos EUA (fim da Guerra de Secessão, 1861-5), e da seca de 1877-79, a massa se encontra impedida de acessar as terras úmidas²⁶, a burguesia comercial atinge nova posição em relação aos proprietários de terras no que diz respeito ao poder político²⁷ e o Estado passa a ser o responsável por oferecer respostas (não mais é possível aos senhores de terra manter as relações de apadrinhamento) a esta expressão particular (urgente e incontornável) da “questão social”:

A partir daquele momento, as secas se inscrevem na história do Ceará não mais apenas como adversidades climáticas periódicas que alteravam o modo de viver dos sertanejos, mas passaram a gerar o flagelo de populações inteiras e provocaram inúmeros descontentamentos e formas diversas de conflitos sociais, desde manifestações religiosas, formação de grupos cangaceiros, até invasões e saques às cidades pelas levas de famintos. Esta última

atender o consumo de carne de boi por outros estados (FARIAS, 2007).

²⁵ É também neste momento histórico que Fortaleza desponta como a principal cidade do Estado: “A lavoura algodoeira, à proporção que se expandia, provocava a projeção de Fortaleza como centro urbano.” (SILVA, 1992, p. 22). Ela vence a “concorrência” das demais, torna-se o centro político e econômico. Vale destacar que o Ceará se torna independente da Capitania de Pernambuco apenas em 1799: “Fortaleza, a partir de então, intensifica a atividade exportadora de algodão. Esta atividade assume um papel de destaque para a Vila, constituindo a base de sustentação do grande empório comercial. Elevada a categoria de cidade em 1823 [...]” (SILVA, 1992, p. 23).

²⁶ Que não restem dúvidas, a massa desprovida de meios de sobrevivência em períodos de estiagem é um fenômeno social do século XIX: “Até meados do século XIX, contudo, a irregularidade de chuvas que caracteriza o sertão não havia significado um problema tão grande para os setores dominantes. Pelo menos, as cidades e as instituições modernas do poder, estruturadas neste mesmo período, estavam a salvo das agruras da seca. As terras úmidas da periferia do semiárido, abundantes e pouco povoadas, podiam ser ocupadas pelos grupos de sertanejos que perdiam as suas colheitas de subsistência e também pelo gado dos grandes proprietários. O Piauí e o Cariri eram as áreas mais procuradas por estas migrações periódicas. Muitos grandes proprietários possuíam terras nestas áreas como ‘reserva’ para os tempos de escassez, quando o gado – bem mais valiosos – poderia estar protegido.” (NEVES, 2015, p. 77).

²⁷ Na década de 1870, os fazendeiros se encontravam em posição subalterna em relação à burguesia comercial. Além do mais, aqueles estavam endividados (NEVES, 2015).

manifestação social será recorrente durante todo o século XX, quando o Ceará viveu outras inúmeras secas. (NOBRE, 2010, p. 05).

O fechamento das terras úmidas foi determinante para que a seca se apresentasse como determinação e expressão da “questão social” no Ceará, a seca de 1877-79 foi seu marco. A análise da “questão social” no Ceará não pode ser compreendida, portanto, se não como resultante de um processo particular de desenvolvimento do capitalismo. Deste processo, surgiram as favelas, as migrações, a força de trabalho disponível em massa e diversos outros fenômenos (sem olvidar muitas outras determinantes particulares não tratadas neste texto) que marcaram a “questão social” no Brasil durante todo o século XX.

Considerações Finais

O estudo da “questão social” evidencia que o fechamento das terras úmidas tem um papel decisivo no seu surgimento. Sem que se compreenda o papel desta expropriação prévia das massas sertanejas não é possível alcançar a gênese da “questão social”. Os retirantes, a fome, a sede, a enorme mortandade, a migração para os centros urbanos do Sudeste e para a região amazônica, o crescimento exponencial de Fortaleza, a formação das favelas, enfim, boa parte das expressões da “questão social” que explicitam as condições de vida da massa que vive do trabalho tem sua origem neste ato prévio de expropriação que impossibilita que a reprodução social da vida possa ocorrer como antes.

O Serviço Social, como espaço também de produção de conhecimento, tem o que contribuir com o desvelamento da história. Suas categorias analíticas se constituem em preciosas ferramentas de análise que possibilitam compreender não somente as expressões da “questão social” como também sua origem. Como destaca Mota (2013) e Netto (2018, p. 152), dentre outros, o serviço social não se constitui apenas em profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, mas também em área de produção de conhecimento. O desenvolvimento teórico do serviço social lhe permite oferecer ao conjunto das ciências sociais e humanas novas chaves analíticas que possibilitam aproximações ainda mais precisas do real, representações ideais do real. O Serviço Social tem muito a dizer sobre a formação da “questão social” no Ceará, se constitui, como aqui

foi demonstrado, em área de produção do conhecimento.

Referências

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, abr./1996, 5. reimp., São Paulo, n. 50, 2010. p.143-171.
- BRASIL. Lei de Terras. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 31 out. 2021.
- CAMPOS de concentração Patu, Cariús e Buriti. Direção de Valdecy Alves. [s.l.]: Valdecy Alves, 2017. 1 vídeo (24 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2FX8aTakjQ&feature=youtu.be>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- CÍCERO, Clara. **Memórias da seca de 1932**. Direção de Fram Paulo e Karla Samara. Pedra Branca: Produção de Uzina Filmes, 2017. 1 vídeo (19 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oTSDnb-6T7cc&feature=youtu.be>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- FARIAS, J. A. de. **História do Ceará**: da pré-história ao governo Cid Gomes. 2. ed. Fortaleza: Livro Técnico, 2007.
- FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, I. **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 17-61.
- IASI, M. L. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). *In*: GRANEMANN, S. (Org). **Teoria social, formação social e serviço social**: pesquisas marxistas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. p. 135-157.
- LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. *In*: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Org). **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC., 1977. p. 219-52.
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro Primeiro: o Processo de Produção do Capital [1867]. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. Introdução [à Crítica da Economia Política] [1857]. *In*:

- NETTO, J. P. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2012. p. 235-266.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro Primeiro: o Processo de Produção do Capital**, v. II [1867]. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2002.
- MOTA, A. E. Serviço social brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.
- MOTA, A. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade** [2008]. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-57.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: ABEPSS. **Revista Temporalis**. jan./jun. 2001, ano II, n. 3, Brasília: ABEPSS/ GRAFLINE, 2001. p. 41-49
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. S. *et al.* **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: Cortez, 2018. p. 141-60.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, F. de C. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, S. de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2015. p. 76-102.
- NOBRE, C. Cercas e secas na história do Ceará: expressões da “questão social”. In: ABEPSS. **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2010. Vitória: EDUFES, 2010. p. 01-10.
- RIOS, K. S. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2014.
- SANTOS, J. S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SECA de 32: o inferno de Quixeramobim ao Campo de Concentração de Ipu. Direção de Valdecy Alves. Quixeramobim: Valdecy Alves, 2018. 1 vídeo (28 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?>

v=IDsnSXgORIA&feature=youtu.be. Acesso em: 05 jan. 2021.

SILVA, I. M. F. da. Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira. In: ABEPSS. **Revista Temporalis**, jan./jun. 2013, 2º ed., Ano 2, n. 25, Brasília: ABEPSS; Odisséia, 2013. p. 261-278.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, J. B. da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

TEÓFILO, R. **A fome**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.